

As imagens de Portugal em *Traços e Tradições de Portugal*, de Julia Pardoe.

Ana Isabel Marques

Os encontros de culturas constituem uma fonte de enriquecimento civilizacional e pessoal. Viajar e conhecer o Outro traduz-se também, por norma, num processo auto-reflexivo de conhecimento do sujeito que viaja. A literatura de viagens (independentemente das questões atinentes à ténue linha entre realidade e ficção) não pode, pois, deixar de fazer eco desses propósitos de formação.

Enquanto espaço de verbalização do encontro de culturas, a literatura de viagens assume-se como terreno fértil para o estudo das imagens. Não se trata apenas de representações que o eu viajante vai fazendo da realidade com que se depara, mas também de pré-imagens ou preconceitos, a bagagem imagológica que quem viaja transporta antes de se fazer ao caminho, naquilo a que se poderá chamar um horizonte de expectativas do viajante. Na tessitura de factores que subjazem ao texto produzido, para além dos cenários e espaços, releva salientar a viagem propriamente dita (o seu propósito original, o itinerário e as condições em que este se processa), bem como a entidade que empreende a viagem (sendo que o género e a proveniência social são alguns dos aspectos a ter em linha de conta).

A reflexão sobre os pontos acima mencionados faz com que *Traços e Tradições de Portugal*, de Julia Pardoe, se revista do maior interesse, uma vez que se trata de um retrato de Portugal dos inícios do segundo quartel de oitocentos, mais concretamente de 1827-1828, levado a cabo por uma jovem escritora inglesa em viagem pelo País.

Gostaria, neste ponto, de saudar a iniciativa de verter este texto para português, e de sublinhar a qualidade da tradução, que procura, tanto quanto possível, não comprometer o colorido e as idiosincrasias estilísticas do original. Trata-se de um documento que, apesar de não se pautar pela sobriedade do registo histórico, acaba por nos deixar linhas temáticas importantes para um melhor conhecimento das relações luso-britânicas da época.

Não pretendendo especular sobre as razões que, na altura, estiveram na base da não tradução do referido texto para língua portuguesa, podemos atribuir esta omissão a motivos de vária ordem como, por exemplo, ao facto de se tratar de uma obra de juventude da autora, à hibridez do género textual (desfeiteando as expectativas de quem esperava um registo mais factual ou eventualmente mais histórico do texto), ou mesmo ao facto de alguns dos quadros traçados veicularem uma imagem menos positiva de Portugal. Refira-se, no entanto, que a obra *Traços e Tradições de Portugal* não deixou indiferentes os

leitores ingleses coevos, o que motivou uma 2ª edição, em 1834, subsequente ao aparecimento da obra no mercado livreiro inglês em 1833 (cf. Alves, 1989: 70)¹. Maria Luísa Alves, num dos poucos estudos que se debruçam sobre esta obra de Pardoe, cuja importância aqui se sublinha, refere também a existência de uma publicação surgida nos Estados Unidos da América em 1834 (*Traits and Traditions of Portugal*) e de uma tradução alemã (*Skizzen und Sagen aus Portugal*, 1834), com a chancela Gebr. Schumann.

Centrando-nos em alguns dados históricos sobre a viagem e a viajante, independentemente das razões que tenham trazido Julia Pardoe a Portugal (não descartando a hipótese de ter sido por razões de saúde), certo é que a autora, então uma jovem de 21 anos, havia empreendido esta viagem juntamente com a mãe e o pai, Thomas Pardoe, reputado militar inglês, que já conhecia o País pelo facto de aqui ter combatido aquando da Guerra Peninsular. É, pois, muito provável que a família tivesse já alguns conhecimentos do país a visitar.

Para além disso, a jovem Julia, nascida em Yorkshire em 1806, desde cedo revelara propensão para as Letras, manifestando particular apreço sobretudo por temas históricos e por romances de cavalaria e por autores românticos. Recorde-se que a obra de Lord Byron está intimamente ligada à descrição das belezas paisagísticas de Portugal. Recorde-se também que esta não seria a primeira incursão de Pardoe em países meridionais, tendo passado algum tempo num convento, presumivelmente em Itália – hipótese aventada no estudo de Maria Luísa Alves, que assim explica o facto de Julia Pardoe ser fluente em italiano (cf. Alves, 1989: 19). Independentemente das razões que efectivamente estiveram na base destas deslocações e estadas em países meridionais, a experiência do viajar não deixa de se traduzir num processo de aprendizagem através do contacto com outros povos e referências culturais, pelo que se aproxima do *Grand Tour* muito em voga nos estratos mais favorecidos da sociedade inglesa de oitocentos, com o propósito de alargar os conhecimentos dos jovens, nomeadamente em termos de literatura e de arte.

O enfoque de *Traços e Tradições de Portugal*, aliás verbalizado no título, é marcadamente etnográfico, apesar de o pano de fundo histórico, sensivelmente uma década volvida sobre a Guerra Peninsular (1807-1814), ser o da Guerra Liberal (1828-1834). Tal poder-se-á ficar a dever ao facto de Julia Pardoe integrar uma delegação inglesa e aos delicados contornos de sigilo estratégico-político desta situação. A adopção desta perspectiva, em certa medida apartada do decurso da História, é atribuída por muitos estudiosos a uma forma de perceber a realidade que se coaduna com a sensibilidade feminina, mais preocupada em captar o quotidiano das gentes e resgatar o ângulo privado da História do que os seus grandes feitos. Ainda assim, não deixa de ser verbalizado em diversos pontos da narrativa o arrojo do eu-viajante pelo facto de, apesar de ser mulher e

¹ Alves, Maria Luísa (1989). *O Portugal de Julia Pardoe: Uma visão romântica e feminina*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

porque escoltada por homens, viver na primeira pessoa incursões em alguns espaços interditos a outras mulheres, o que lhe proporciona o regozijo de um feito inaugural, como acontece na visita a algumas zonas mais privadas de ordens eclesiásticas.

Gostaria, a este propósito, de evocar Carl Thompson (2011)², a respeito da escrita feminina de viagens, que considera este fenómeno uma dupla ousadia ou uma dupla incursão em territórios marcadamente masculinos: o das viagens e o da escrita. No caso de *Traços e Tradições de Portugal*, teremos necessariamente de relativizar a ousadia da génese do texto, não só porque se tratou de uma viagem integrada numa delegação britânica e, inclusivamente, acompanhada pela família, mas também pelo facto de a autora ter, até certo ponto, procurado não se imiscuir em considerações de natureza política, centrando-se em apreciações sobre o povo português, os seus usos e costumes. Trata-se de uma abordagem que, até certo ponto, se aproxima da perspectiva humboldtiana – propulsora dos estudos antropológicos e etnográficos que viriam a marcar sobretudo a segunda metade do século XIX.

Relativamente à narrativa de viagens propriamente dita, embora tenhamos a referência do trajecto percorrido pelo eu-viajante, sendo uma viagem que tem como ponto de partida Lisboa e como destino Coimbra, já a fixação temporal do texto é vaga ou mesmo inexistente, o que, de alguma forma, transmite a noção de uma ausência de agenda bem definida e alguma tranquilidade na fruição das vivências do eu-viajante. Sublinhe-se que a tradução que aqui se apresenta se ocupa exclusivamente dos capítulos referentes à região de Leiria, mais concretamente Batalha, Leiria, Alcobaça e Pombal, pelo que as reflexões que aqui partilho se reportam somente a estes trechos.

Retomando a noção, verbalizada no início deste prefácio, de que o encontro com o outro (a alteridade) comporta, inevitavelmente, uma componente imagológica, atendendo às imagens que pré-existem a esse encontro e às que daí resultam, é lícito que nos questionemos sobre as percepções de Portugal (e de Inglaterra) que ressaltam da leitura do texto de Pardoe.

Não pondo de forma alguma em causa as apreciações de alguns dos estudiosos que consideram a escrita de Julia Pardoe marcada pela trivialidade e mesmo superficialidade com que aborda determinadas questões, chegando mesmo à diluição das fronteiras entre realidade e ficção, não se pretende neste espaço tecer quaisquer juízos de valor relativamente ao teor da escrita, nem tão pouco avaliar a pertinência de alguns relatos (recebidos à época como frivolidades). Pretendo somente centrar-me na natureza das imagens – auto e hetero-imagens de Portugueses e de estrangeiros, imagens com cargas semio-interpre-

² Thompson, Carl (2011). *Travel Writing*. London, New York: Routledge.

tativas positivas ou disfóricas – que se vão impondo na percepção do leitor actual. Procurarei, por uma questão metodológica, debruçar-me sobre a paisagem natural e sobre as populações.

Independentemente do propósito de determinados passeios ou visitas, o eu-viajante não se mostra de forma alguma indiferente à beleza das paisagens com que se depara. Serras e montes, encostas com arvoredos ou escarpadas, ribeiros ou riachos – tudo é passível de captar a atenção da jovem viajante. Seja pelo deslumbramento que, regra geral, viajantes de outras latitudes sentem pelas paisagens meridionais (recorde-se o fascínio que países como a Itália exerciam sobre a intelectualidade da época, muito também graças à recepção da obra goethiana), seja porque o esplendor paisagístico do Sul da Europa constituía um *leitmotif* do Romantismo europeu, certo é que as paisagens de Portugal, neste caso, da região de Leiria, arrebatavam a jovem viajante inglesa. Neste contexto, a luz solar e a claridade do céu constituem linhas isotópicas que completam o bucolismo dos cenários e se enquadram no estereótipo da soalheira paisagem do Sul. Tomemos como exemplo a chegada à cidade de Leiria, em que as referências ao património arquitectónico, mais concretamente às capelas que encimam os montes ao redor da urbe, se secundarizam ante o esplendor de um »límpido céu azul] «*a clear ,blue, sky*], ou a chegada a Mosteiro junto ao rio Alcoa. As referências a cursos de água cristalina ou à beleza das flores silvestres concorrem para completar o idílio da paisagem.

Note-se que são precisamente estes cenários que, por vezes, instigam a narração de histórias ou lendas antigas que quase se fundem teluricamente com as próprias gentes. De acordo com os enredos, o *locus amenus* transforma-se em *locus horrendus* e a bonomia da paisagem ganha contornos de grandiosidade ameaçadora, como é o caso da lenda do «Demónio da Floresta».

A componente religiosa é efectivamente marcante no texto de Julia Pardoe, nomeadamente tendo em conta os episódios com personagens ou motivos religiosos que pontuam *Traços e Tradições de Portugal*. É o caso da história do padre enforcado pelos Franceses e salvo *in extremis* por um camponês, ou do monge eremita, que alimentou durante muito tempo a imaginação popular pela sua atitude enigmática, ou a história da imagem do «Senhor da Crucificação». Trata-se de simples referências ou relatos de episódios curtos com que nos deparamos ao longo da narrativa de viagem, bem diferentes, no entanto, das lendas que a autora adiciona ao texto que, pela própria estruturação narrativa e extensão, constituem núcleos diegéticos apartados do plano principal do enredo. É o caso de «Frei Eustáquio – Uma Lenda Monástica», «O Demónio da Floresta», «Os Dois Quadros – Uma Lenda Conventual» e «O Monge Demónio – Uma Lenda do Alcoa».

Pedra-de-toque da narrativa é efectivamente o retrato do património arquitectónico religioso e do *modus vivendi* das ordens que aí se albergam. A descrição minudente, quase fotográfica, que é feita do Mosteiro de Alcobaça em «Memoriais Monásticos» insere-se na tendência de narrativa de viagens da época, que procurava afastar-se do traço generallista neoclássico (Thompson, 2011).

Sublinhe-se, no entanto, que a descrição pormenorizada não é, em muitas situações, sinónimo de objectividade discursiva. Ao mesmo tempo que tece rasgados elogios a alguns pormenores arquitectónicos do mosteiro, como, por exemplo, o exterior do edifício, nomeadamente as portas, janelas e torres, o mesmo já não acontece relativamente a muitos dos retábulos e quadros que se encontram no interior, *e.g.*, o de S. Miguel ou de alguns membros da Irmandade Bernardina que a autora entende não estarem à altura do lugar em que se encontram. Alguns desses aspectos menos conseguidos são, por vezes, atribuídos à falta de talento dos artistas. Estas apreciações deixam amiúde adivinhar o conhecimento de arte mais aprofundado, tanto mais que o eu-viajante não se coíbe de comentar a mestria de pintores italianos, como acontece quando visita a Biblioteca do Mosteiro que tem patente um quadro pintado por um desses mestres.

Refira-se ainda a este propósito que são vários os passos do texto que fazem alusão à destruição infligida pelas tropas francesas, sendo esta uma das razões que levam a que, com quadros considerados menores, se procure minorar o vazio deixado pelas pilhagens e destruição das tropas invasoras. Note-se que, embora não exista uma referência de fundo a este episódio maior da História europeia, as alusões vão pontuando, a espaços, o relato da viagem da protagonista, como uma realidade que, ainda que pretérita, teima a impor-se aos olhos de quem percorre as paisagens. Refiro, a título de exemplo, um passo da narrativa de Pardoe referente às primeiras impressões da viajante que acabara de chegar a Leiria: «A cidade ainda conservava os traços de violência e ruína deixados pelos Franceses durante a Guerra Peninsular, tendo faltado aos seus habitantes os meios, ou a energia, para os apagarem» (p. 67).

São possivelmente as apreciações, não propriamente sobre a religião católica, mas sobre o clero em geral e sobre as ordens religiosas, que mais interesse despertam à jovem viajante – um facto que poderá ter a ver com as suas vivências pessoais e o conhecimento privilegiado dessa realidade. Uma outra razão a ter em linha de conta estará por certo relacionada com o facto de a delegação inglesa em que Julia viajava ser claramente desfavorável ao absolutismo católico dos miguelistas. Independentemente das razões subjacentes, certo é que ressalta da leitura da narrativa de *Traços e Tradições de Portugal* uma visão muito crítica da igreja católica, entendida como uma religião castradora, com pouca elevação moral, dadas as parcas qualidades éticas de muitos dos seus representantes, que facilmente cedem a tentações e resvalam para a heresia.

Esta imagem global resulta do somatório de várias pequenas histórias com que nos deparamos ao longo da narrativa e que concorrem para ilustrar a falta de escrúpulos de alguns padres. Exemplo disto mesmo é a história dos padres que teimaram em desenterrar um soldado católico pertencente ao exército inglês, furtivamente e à revelia da vontade de todo o batalhão, tendo-se o destino encarregado de repor a justiça, uma vez que o corpo resgatado era afinal o de um outro soldado que não o católico. O desrespeito – ou para precisar melhor, uma espécie de propensão para a brejeirice, mesmo ante as coisas da religião – é atribuído a alguns dos fiéis e exemplificado através da narração de pequenos

episódios. É o caso do homem que não consegue conter o riso durante as celebrações religiosas por saber que a imagem de madeira do Cristo Crucificado foi feita de um pedaço de uma cerejeira que vendera à igreja; ou mesmo da solene Procissão da Nazaré, que termina com o desaparecimento de algumas crianças vestidas de anjo que, furtivamente, escapam da cerimónia religiosa para fazerem diabruras num estábulo próximo.

A pouca elevação moral das ordens religiosas é exemplificada pelas alusões à vida farta que levam (são vários os passos que dão conta dos manjares dos monges), às tentações carnis (a narrativa chega inclusivamente a fazer referência a passagens secretas entre a ordem dos Beneditinos e um outro convento de monjas), às vocações duvidosas de frades e freiras que abraçam a vida religiosa por desgostos de amor, por exemplo em «Dois Retratos», ou movidos por outros interesses que não o da fé.

A religião vai também alimentar o imaginário popular na sua faceta mais obscura ou oculta, funcionando como factor atemorizador das gentes. Exemplo disso mesmo é a «Lenda do Demónio da Floresta», em que a rapariga se deslumbra com o fausto de um homem misterioso que lhe aparece e, desprezando o amor genuíno do noivo, quase cai na tentação de o seguir, sem se aperceber de que esses sonhos de grandeza são, afinal, ardis do mal.

Resulta, pois, da urdidura de toda esta série de pequenos quadros e histórias a noção de que a religião católica não promove propriamente a fé, sendo que a prática religiosa dos fiéis, assenta, sobretudo, numa atitude temente de eventuais represálias divinas.

Uma das linhas isotópicas que percorrem o texto de Pardoe é a falta de higiene que se torna ainda mais evidente quando contrasta com o requinte ou aparente abundância de algumas casas. Refiro-me à descrição da cama que é oferecida em casa do Pároco de Alcobaça à visitante inglesa: apesar da alvura irrepreensível dos lençóis, veio a revelar-se infestada de parasitas (presumivelmente percevejos), que repugnam à jovem viajante sobremaneira. A estada em casa do Pároco revela-lhe igualmente aspectos pouco apelativos da gastronomia portuguesa coeva, sendo-lhe oferecido frango refogado com azeite e alho, que a força a um jejum de pão.

Os hábitos sociais dos Portugueses são mencionados em várias outras ocasiões, por exemplo, no caso da jovem que é cortejada pelo noivo, que apenas a vê da janela. O excesso de recato é visto como desajustado do tempo, sendo, por isso, ridicularizado pela viajante.

Tudo isto concorre para veicular uma imagem de Portugal como um país retrógrado e desajustado do tempo. Recorde-se, neste contexto, que, por vezes, os viajantes almejam projectar no espaço das suas viagens códigos comportamentais mais libertos dos espartilhos sociais do país de origem (Thompson, 2011). Neste caso concreto, penso que é visível alguma sobrançeria por parte do eu-viajante relativamente aos habitantes locais. As apreciações em relação à natureza subserviente dos Portugueses, que se esforçam por agradar aos forasteiros a troco de uma pequena condescendência ou trejeito de simpatia, vêm dar corpo a estereótipos dos povos e das nações. Os esforços envidados por alguns

Portugueses para comunicarem em inglês com os seus interlocutores são ridicularizados pelo eu-viajante, que se revela implacável e nem sempre justa nas apreciações que faz ao seu desempenho linguístico.

Em jeito de conclusão, e procurando reflectir sobre o relativo esquecimento deste texto de Julia Pardoe sobre Portugal, nomeadamente a inexistência de traduções do mesmo, ocorrem-me algumas considerações de Elrud Ibsch (1996)³ que afirmava serem as críticas ou as observações menos positivas relativamente às populações um privilégio reservado aos habitantes locais. Sem pretender especular sobre este tema, é minha convicção que a imagem menos positiva de Portugal e dos Portugueses poderá, até certo ponto, explicar a pouca relevância até agora dada a esta obra.

³ Ibsch, Elrud (1996). «How Different is the Other? A Case Study of Literary Reading in a Multicultural Society», in: Margarida Losa *et al.* (org.), *Literatura Comparada: os Novos Paradigmas*, pp. 361-368. Porto: Associação Portuguesa de Literatura Comparada.